



APIB · COICA · PODAALI · UMIAB
APIAM · APOIANP · ARPIT
CIR · COAPIMA · FEPIPA
FEPOINT · M. ACRE · OPIROMA



GEMTI
Gerência de Monitoramento
Territorial Indígena da Coiab

PLANO DE ADAPTAÇÃO E ESTRATÉGIA DOS TERRITÓRIOS
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA PARA O

EL NIÑO E EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

2026–2027





Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Joint Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (Coiab)

Elcio Severino da Silva Manchineri

Coordenador-geral
Executive Director

Inara Santos da Costa

Vice-coordenadora
Deputy Director

Anderson Tapuia

Coordenador-secretário
Chief Operating Officer

Dineva Maria Kayabi

Coordenadora-tesoureira
Treasurer

Inai'ury Carneiro Pompeu Lisboa Guajajara

Vice-coordenadora secretária
Deputy Operating Officer

Sergio dos Santos Silva Marworno

Vice-coordenador tesoureiro
Deputy Operating Treasurer

Alcebias Mota Constantino Saporá

Coordenador Executiva da APIB
representando a Coiab
APIB Executive Director and Coiab
Representative

Antônio Marcos de Oliveira Apurinã

Representante da Coiab na Bacia Amazônica
Coiab Representative for the Amazon Basin
.....

Gerências da Coiab

Coiab Departments

Secretaria Executiva

Executive Secretary
E-mail: secretaria@coiab.org.br

Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI)

Amazon Center for
Indigenous Education (CAFI)
E-mail: cafi@coiab.org.br

Assessoria Jurídica

Legal Advisor
E-mail: juridico@coiab.org.br

Assessoria Internacional

Office of International Affairs
E-mail: internacional@coiab.org.br

Gerência de Comunicação

Office of Communications
E-mail: comunicacao@coiab.org.br

Rede de Comunicadores e Comunicadoras Indígenas

Indigenous Communicators Network
E-mail: comunicacao@coiab.org.br

Gerência de Monitoramento Territorial Indígena

Office of Indigenous Territorial Monitoring
E-mail: monitoramento@coiab.org.br

Gerência de Povos Isolados e de Recente Contato

Office of Isolated and Recently Contacted
Indigenous Peoples
E-mail: isolados@coiab.org.br

Gerência de Negócios e Economia Indígena

Office of Indigenous Business and Economy
E-mail: economiaindigena@coiab.org.br

Gerência de Projetos

Project Manager
E-mail: projetos@coiab.org.br

Gerência Administrativo & Financeiro

Finance and Facilities
E-mail: gerenciafinanceira@coiab.org.br

Coordenação Técnica

Technical Coordination.

Rosibel Rodrigues e Silva – Rosibel Baré

Gerente de Monitoramento Territorial Indígena
Indigenous Territorial Monitoring Manager

Elaboração Técnica**Ruan Italo de Araujo – Ruan Guajajara**

Técnico de Monitoramento
Monitoring Specialist

Equipe Técnica da GEMTI/COIAB

GEMTI/Coiab Technical Team

Amanda de Ávila Oliveira

Técnica em Monitoramento
Monitoring Specialist

Camile de Azevedo Corrêa

Técnica em Monitoramento
Monitoring Specialist

Edirleide Alves de Lima

Técnica Administrativa
Administrative Technician

Juliana Sousa de Holanda

Técnica em Monitoramento
Monitoring Specialist

Thiago das Dores Castelano - Thiago Parintintins

Técnico em Monitoramento
Monitoring Specialist

Gerência de Comunicação da COIAB

Office of Communications

Antônio J M A Neto Piratapuya

Gerente de Comunicação
Communications Manager

Kaianaku Kamaiurá

Coordenadora da Rede de Jovens
Comunicadores Indígenas da COIAB

Coordinator of the Coiab Network of Young
Indigenous Communicators

Rafael Melgueiro

Designer
Graphic Designer

Vicente Taveira

Designer
Graphic Designer

Pedro Tukano

Social Media

Carolina Givoni

Jornalista | Journalist

Lia dos Santos

Jornalista | Journalist

Valdeniza Vasques

Jornalista | Journalist

Nathalia Apurinã

Técnica de Comunicação
Communications Specialist

Realização

Coiab

Avenida Ayrão, 235

Presidente Vargas – CEP 69.025-290

Ayrão Avenue, 235 – Presidente Vargas

ZIP Code 69.025-290

Manaus – Amazonas – Brasil | Brazil

Telefone | Phone: +55 (92) 98607-4418

CNPJ: 63.692.479/0001-94

E-mail | Email:

secretaria@coiab.org.br

coordenacao@coiab.org.br

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
CONTEXTO	8
JUSTIFICATIVA	9
2. CENÁRIO CLIMÁTICO PARA A AMAZÔNIA EM 2026–2027.....	13
3. COMO OS TERRITÓRIOS DEVEM SE PREPARAR	15
4. MONITORAMENTO E ALERTA	22
5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7. ANEXOS.....	27
ANEXO I – CHECKLIST COMUNITÁRIO DE PREPARAÇÃO PARA EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS.....	28
ANEXO II – MODELO SIMPLIFICADO DE PLANO COMUNITÁRIO DE CONTINGÊNCIA	33

1. APRESENTAÇÃO

A Amazônia vem sofrendo os efeitos cada vez mais intensos das mudanças climáticas globais. Entre os principais eventos extremos associados a esse cenário está o fenômeno El Niño, cujos impactos se estendem para diferentes regiões do planeta e afetam diretamente os regimes de chuva, temperatura e disponibilidade de recursos naturais.

Os povos indígenas da Amazônia Brasileira, que historicamente desempenham papel fundamental na proteção e no manejo sustentável dos territórios, encontram-se na linha de frente desses impactos. Nos últimos anos, as comunidades indígenas têm enfrentado eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e severos, como secas prolongadas, cheias intensas, incêndios florestais, ondas de calor e alterações nos ciclos das chuvas.

As projeções climáticas para 2026 e 2027 indicam elevada probabilidade de ocorrência de um novo evento El Niño, com potencial para agravar os efeitos observados durante as históricas secas de 2023 e 2024 que atingiram a Amazônia. Entre os principais riscos previstos estão a redução das chuvas, a diminuição dos níveis dos rios e igarapés, o aumento das temperaturas, a ampliação do risco de incêndios florestais e o isolamento de comunidades dependentes da navegação para acesso a serviços, alimentos e insumos essenciais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer a capacidade de preparação dos territórios indígenas antes que os impactos se consolidem. A experiência acumulada pelas comunidades, organizações indígenas e instituições parceiras demonstra que ações antecipadas podem reduzir danos, proteger vidas, fortalecer a autonomia territorial e ampliar a capacidade de resposta diante das emergências climáticas.

Este Plano de Preparação para o El Niño 2026–2027 foi elaborado com o objetivo de orientar comunidades, associações, organizações regionais e lideranças indígenas na adoção de medidas práticas de prevenção, monitoramento e organização territorial. O documento reúne recomendações voltadas à proteção dos recursos hídricos, da segurança alimentar, da saúde comunitária, da vigilância territorial e da prevenção de incêndios, buscando apoiar os territórios indígenas da Amazônia Brasileira na construção de estratégias locais de enfrentamento aos eventos climáticos extremos.

Este plano busca contribuir para a organização prévia dos territórios, fortalecendo iniciativas comunitárias capazes de reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência dos povos indígenas frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

1.1 CONTEXTO

O fenômeno El Niño é um evento climático natural associado ao aquecimento anômalo das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, capaz de alterar os padrões de temperatura e precipitação em diferentes regiões do planeta. Na Amazônia, seus efeitos costumam estar relacionados à redução das chuvas, ao aumento das temperaturas, à intensificação das secas hidrológicas e ao aumento do risco de incêndios florestais.

As projeções climáticas elaboradas por instituições nacionais e internacionais indicam elevada probabilidade de configuração de um evento El Niño ao longo do segundo semestre de 2026, com possibilidade de persistência até o início de 2027. As análises produzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) apontam para um cenário de atenção para a Amazônia brasileira. Os cenários atualmente disponíveis indicam potencial de ocorrência de secas severas, redução dos níveis dos rios e igarapés, comprometimento da navegabilidade e mobilidade, aumento dos focos de calor, maior pressão sobre os recursos hídricos e impactos sobre a produção de alimentos, a saúde comunitária e a proteção territorial. Considerando os efeitos acumulados das secas recentes, especialmente dos eventos de 2015/2016 e 2023/2024, diversos territórios indígenas apresentam condições de vulnerabilidade que exigem preparação antecipada.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os eventos climáticos extremos registrados nos últimos anos evidenciaram a crescente vulnerabilidade dos territórios indígenas da Amazônia diante das mudanças climáticas. Entre 2023 e 2025, a região enfrentou uma das mais severas crises climáticas de sua história recente, marcada por secas classificadas como Extremas e Excepcionais, associadas ao aquecimento anômalo dos oceanos e à ocorrência de um forte evento El Niño.

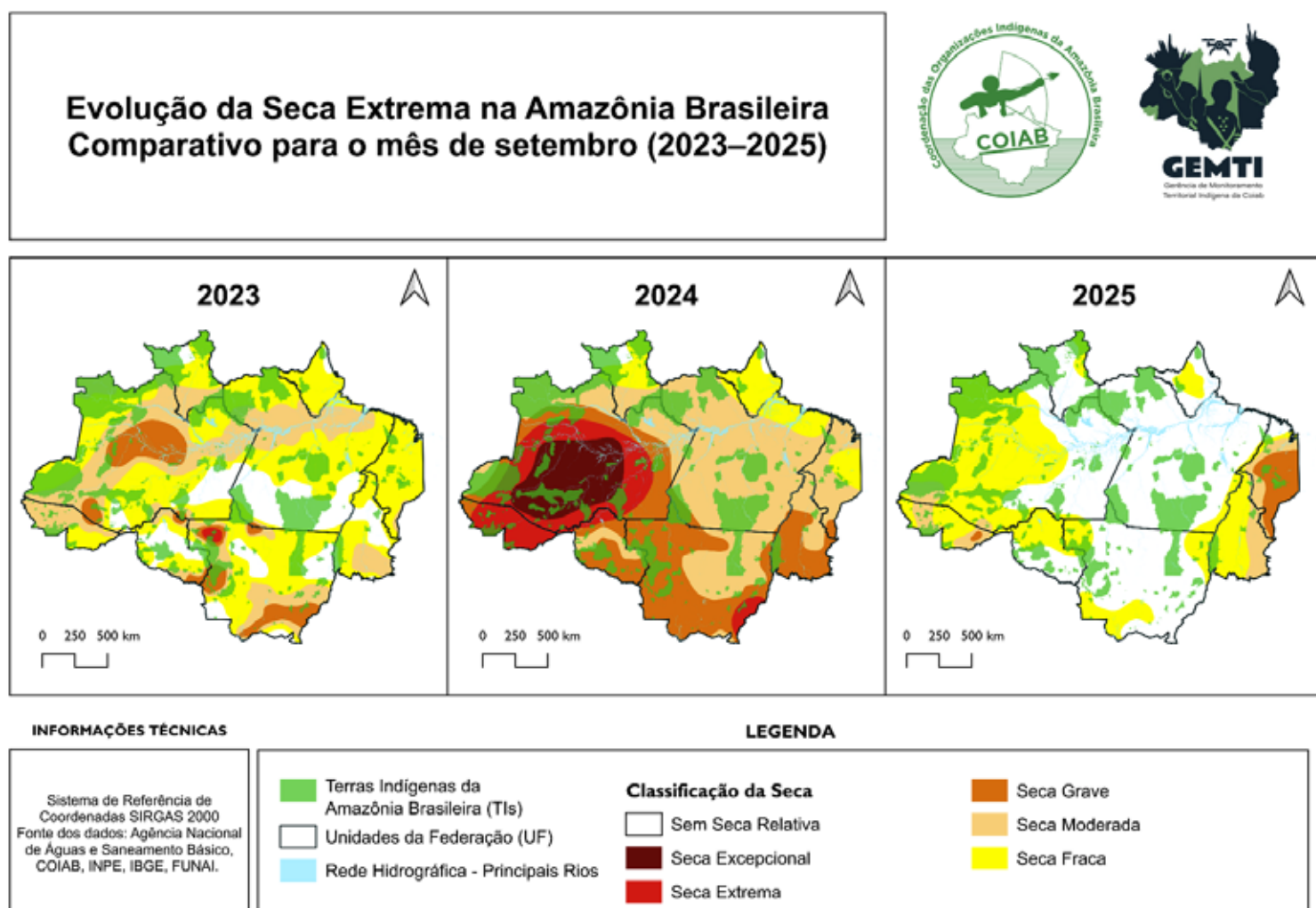
Os impactos foram observados em diferentes regiões da Amazônia, atingindo inicialmente o sul e sudoeste amazônico, especialmente nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso, e posteriormente avançando para a Amazônia Oriental, com destaque para Maranhão e Tocantins. Durante o pico da seca de 2024, pelo menos 165 Terras Indígenas foram afetadas por condições de seca extrema.

A redução histórica dos níveis dos rios Negro, Solimões, Purus, Madeira e Amazonas comprometeu a navegação, o abastecimento de água, o transporte de alimentos e medicamentos e o acesso a serviços essenciais. Paralelamente, o aumento expressivo dos incêndios florestais provocou impactos diretos sobre áreas de floresta primária, roças, recursos pesqueiros e a saúde das comunidades, agravando quadros de doenças respiratórias e ampliando situações de isolamento territorial.

As experiências acumuladas durante esses eventos demonstraram que ações de preparação realizadas antecipadamente, como o fortalecimento das brigadas indígenas, o monitoramento territorial realizado pelos Agentes de Monitoramento Indígena (AMI), a formação de estoques comunitários e a vigilância territorial, foram fundamentais para reduzir impactos e apoiar a resposta das comunidades. Ao mesmo tempo, evidenciaram a necessidade de ampliar a capacidade de preparação dos territórios diante da possibilidade de ocorrência de um novo evento El Niño em 2026–2027.

Os mapas a seguir evidenciam a rápida intensificação da seca na Amazônia brasileira entre 2023 e 2024. Em agosto de 2023, as áreas classificadas como seca extrema encontravam-se mais concentradas em porções específicas do sul e sudoeste da Amazônia. Já em agosto de 2024 observa-se uma expansão significativa da severidade e da abrangência territorial da seca, atingindo grandes extensões dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso e parte da Amazônia Oriental.

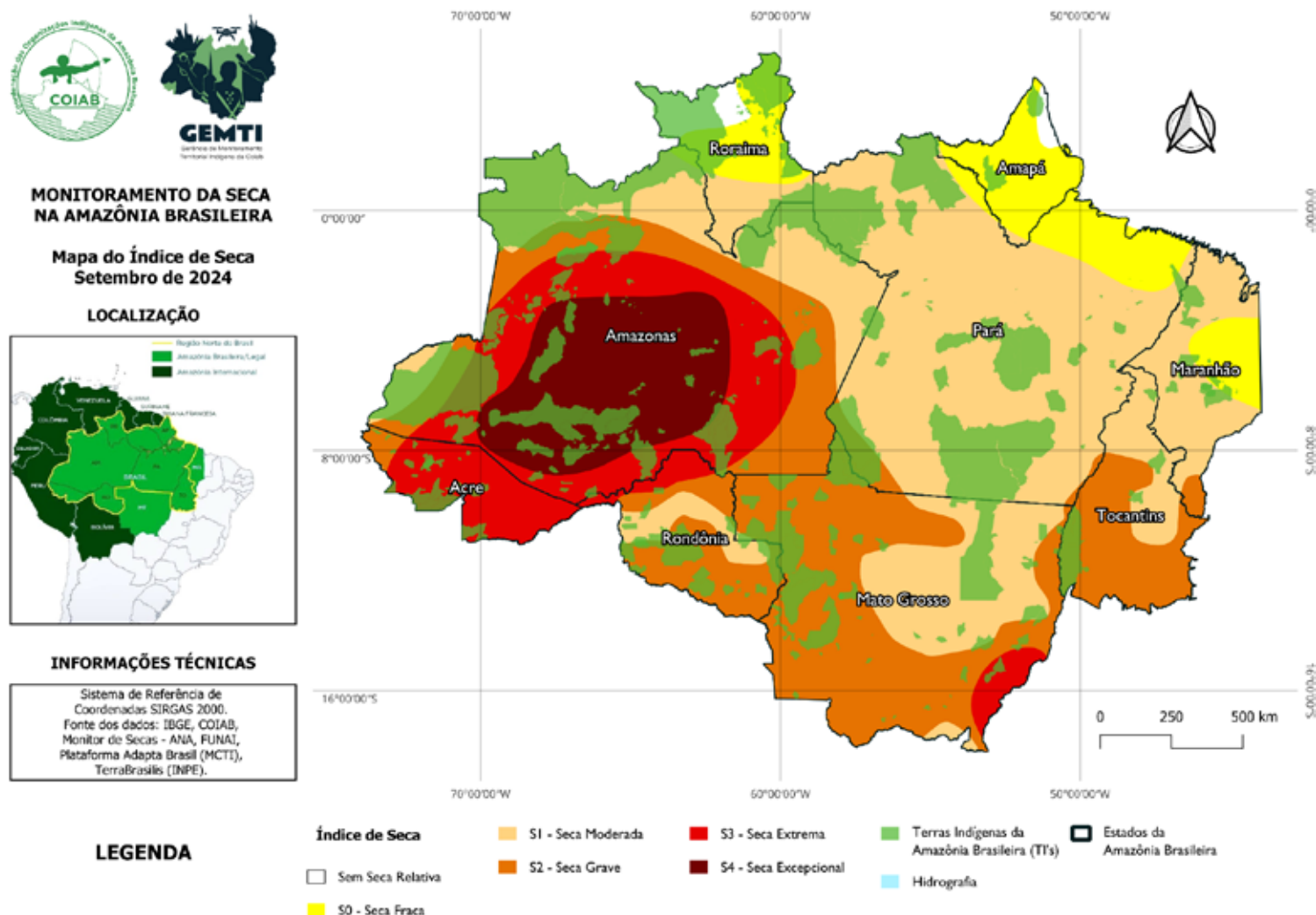
Figura 1. Evolução da Seca Extrema na Amazônia Brasileira:
Comparativo para o mês de Setembro (2023-2025)



Estudos climáticos da COIAB indicam que a área de Terras Indígenas submetida à condição de seca extrema passou de aproximadamente 1,5 milhão de hectares em julho de 2023 para cerca de 31 milhões de hectares em julho de 2024, representando um aumento superior a 2.000% na extensão territorial afetada. Em apenas três meses de 2024, entre junho e setembro, a área sob influência direta da seca extrema aumentou mais de 2.300%, evidenciando a velocidade de agravamento do fenômeno.

O mapa referente a setembro de 2024 demonstra o ápice desse processo. Observa-se a consolidação de extensas áreas classificadas como seca extrema e seca excepcional, especialmente sobre o sudoeste amazônico, abrangendo grandes porções dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Esse cenário esteve associado a níveis historicamente baixos dos rios, dificuldades de abastecimento, interrupção de rotas fluviais, aumento dos incêndios florestais e impactos diretos sobre a segurança alimentar, a saúde e a mobilidade das comunidades indígenas.

Figura 2. Áreas sob seca extrema (S3) e seca excepcional (S4) na Amazônia Brasileira – Setembro de 2024



No período mais crítico da crise climática, mais de 160 Terras Indígenas foram atingidas por condições de seca extrema e excepcional, afetando diretamente mais de 120 mil indígenas. A combinação entre baixos níveis dos rios, escassez de água, aumento dos incêndios florestais e dificuldades de abastecimento comprometeu a mobilidade das comunidades, a segurança alimentar e o acesso a recursos essenciais em diversos territórios da Amazônia.

Os impactos da seca também atingiram diretamente a oferta de serviços públicos em Terras Indígenas. Em setembro de 2024, foram afetadas 409 escolas e 153 unidades de saúde localizadas nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso, região que concentrou algumas das condições mais severas de seca extrema e excepcional. Esses dados demonstram que os eventos climáticos extremos não afetam apenas o ambiente e os modos de vida das comunidades, mas também a continuidade do atendimento à saúde, da educação e de outros direitos fundamentais dos povos indígenas.

1.3 Objetivos do Plano

Orientar comunidades, associações, organizações indígenas e parceiros institucionais na adoção de medidas de preparação, monitoramento e resposta frente aos impactos do fenômeno El Niño 2026–2027, fortalecendo a proteção dos territórios indígenas da Amazônia Brasileira.

Objetivos específicos:

- Apoiar a organização comunitária para o enfrentamento de eventos climáticos extremos.
- Fortalecer a segurança hídrica, alimentar e sanitária nos territórios indígenas.
- Apoiar ações de prevenção e resposta a incêndios florestais.
- Fortalecer o monitoramento comunitário e os sistemas de alerta territorial.
- Contribuir para a proteção territorial diante do aumento de pressões e ameaças associadas aos períodos de seca.
- Apoiar a articulação entre comunidades, organizações indígenas, órgãos públicos e instituições parceiras.

1.4 Público-alvo

Este plano destina-se às comunidades indígenas, associações de base, organizações regionais indígenas, coordenações territoriais, brigadas comunitárias, agentes indígenas de saúde, agentes ambientais indígenas, comunicadores indígenas e demais lideranças envolvidas na gestão e proteção dos territórios.

O documento também poderá subsidiar a atuação de órgãos públicos, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e parceiros que atuam no apoio às ações de preparação, monitoramento e resposta a eventos climáticos extremos nos territórios indígenas da Amazônia Brasileira.

2. CENÁRIO CLIMÁTICO PARA A AMAZÔNIA EM 2026–2027

2.1 O fenômeno El Niño

Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), o El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico associado ao aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, capaz de alterar a circulação atmosférica global e modificar os padrões de chuva e temperatura em diferentes regiões do planeta. O fenômeno integra o ciclo El Niño-Oscilação Sul (ENOS) e costuma influenciar diretamente as condições climáticas da Amazônia.

De acordo com a Nota Técnica nº 427/2026 do CEMADEN, há mais de 80% de probabilidade de ocorrência de um novo episódio de El Niño na segunda metade de 2026, possivelmente entre os meses de agosto e outubro, podendo se estender até 2027. Os modelos climáticos atualmente disponíveis indicam um evento com intensidade variando entre moderada e forte, embora ainda existam incertezas sobre sua magnitude final.

As projeções também são acompanhadas por instituições nacionais e internacionais de referência, como o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) e European Centre for Medium-Range Weather Forecasts (ECMWF), que vêm indicando tendência de aquecimento das águas do Pacífico Equatorial ao longo de 2026.

2.2 Cenário climático previsto para a Amazônia

Episódios de El Niño costumam provocar redução das chuvas na região norte do Brasil, aumento das temperaturas e condições mais favoráveis à ocorrência de secas, ondas de calor e incêndios florestais. Para a Amazônia, a combinação entre precipitações abaixo da média, temperaturas elevadas e atraso no início da estação chuvosa pode agravar significativamente as condições ambientais já observadas nos últimos anos. Os boletins climáticos produzidos pela Gerência de Monitoramento Territorial Indígena (GEMTI) da COIAB demonstram que os eventos recentes de 2023 e 2024 provocaram secas classificadas como graves, extremas e excepcionais, associadas ao aquecimento recorde dos oceanos. Entre 2023 e 2025, os impactos da seca atingiram inicialmente o sul e sudoeste amazônico, de forma especial estados da região onde se configura o arco do desmatamento, como Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso, deslocando-se posteriormente em 2025 para a Amazônia Oriental, com destaque para Maranhão e Tocantins.

A experiência recente registrou níveis historicamente baixos nos rios Negro, Solimões, Purus, Madeira e Amazonas, aumento expressivo dos focos de calor, ampliação da área atingida por incêndios florestais e comprometimento da mobilidade de centenas de comunidades indígenas. Esses elementos indicam que os efeitos de um novo evento El Niño poderão se somar às vulnerabilidades acumuladas pela região nos últimos anos.

2.3 Principais riscos para os territórios indígenas

Os eventos climáticos extremos registrados entre 2023 e 2025 demonstraram que os impactos do El Niño afetam diretamente a segurança hídrica, alimentar, sanitária e territorial dos povos indígenas da Amazônia.

Entre os principais riscos estão a redução dos níveis dos rios e igarapés, comprometendo

o abastecimento de água, a navegação/mobilidade e o acesso a serviços essenciais; o aumento dos incêndios florestais, inclusive em áreas de floresta anteriormente menos suscetíveis ao fogo; e a perda de roças, recursos pesqueiros e alimentos tradicionais, agravando a insegurança alimentar das comunidades.

A seca também favorece o aumento de doenças respiratórias associadas à fumaça das queimadas, o isolamento prolongado de comunidades devido à perda da navegabilidade dos rios e a intensificação das invasões territoriais, facilitadas pela abertura de novas rotas de acesso em áreas antes protegidas pelas barreiras naturais dos próprios rios.

Diante desse cenário, os principais riscos para os territórios indígenas em 2026–2027 concentram-se na escassez de água, insegurança alimentar, incêndios florestais, impactos à saúde, isolamento logístico e aumento das pressões sobre os territórios que já se encontram em processo de maior vulnerabilidade.

2.4 Territórios mais vulneráveis

Entre 2023 e 2025, os territórios indígenas da Amazônia enfrentaram uma das mais graves crises climáticas já registradas, impulsionada pelo forte El Niño de 2023–2024, pelo aquecimento anormal dos oceanos e pelos efeitos acumulados das mudanças climáticas. Em 2023, a Amazônia registrou uma seca histórica, com rios atingindo níveis mínimos recordes, isolamento de comunidades, perdas de roças, redução da pesca e aumento expressivo das queimadas. Em 2024, a situação se agravou, atingindo aproximadamente 92% das Terras Indígenas da Amazônia, com impactos severos sobre a segurança hídrica, alimentar, sanitária e territorial. Em 2025, embora os eventos extremos tenham apresentado menor intensidade em algumas regiões, muitas comunidades continuaram enfrentando alterações nos regimes de seca e cheia, demonstrando a persistência das

vulnerabilidades climáticas acumuladas nos últimos anos.

Os boletins climáticos da COIAB identificaram inicialmente maior severidade no Arco Sul e Sudoeste da Amazônia, abrangendo os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso. Em 2025, o núcleo das condições mais críticas deslocou-se para a Amazônia Oriental, especialmente Maranhão e Tocantins, ampliando a área de influência dos eventos extremos.

Durante o pico da seca de 2024, pelo menos 165 Terras Indígenas foram atingidas por condições de seca extrema. Também foram registrados impactos severos relacionados aos incêndios florestais em territórios como Yanomami (AM/RR), Raposa Serra do Sol (RR), Kayapó (PA), Parque do Araguaia (TO) e Inawebohona (TO). Entre os povos mais afetados destacam-se os povos indígenas isolados, especialmente Avá-Canoeiro, Piripkura e Kawahiva do Rio Pardo, além dos povos Javaé, Munduruku e Yanomami.

Os impactos observados em territórios como Vale do Javari (AM), Alto Rio Purus (AC), Sete de Setembro (RO/MT), Yanomami (AM/RR), Raposa Serra do Sol (RR), Kayapó (PA), Parque do Araguaia (TO) e Inawebohona (TO) evidenciam como secas extremas, incêndios florestais e isolamento logístico podem afetar profundamente os territórios indígenas. Da mesma forma, os registros entre os povos Javaé, Munduruku e povos indígenas isolados demonstram como alterações nos regimes de chuva, redução dos níveis dos rios, perda de recursos pesqueiros, escassez de água e aumento dos incêndios podem comprometer a segurança alimentar, a mobilidade, a saúde e a proteção territorial.

Essas experiências recentes não indicam, necessariamente, quais serão os territórios mais afetados em 2026–2027, mas oferecem importantes referências para compreender os riscos associados ao fenômeno e orientar ações de preparação, monitoramento e resposta em toda a Amazônia.

Apesar dos desafios, as Terras Indígenas permanecem entre as áreas mais preservadas da Amazônia e desempenham papel fundamental na manutenção da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos e da resiliência climática da região, reforçando a necessidade de fortalecer sua proteção e capacidade de adaptação diante dos eventos climáticos extremos.

3. COMO OS TERRITÓRIOS DEVEM SE PREPARAR

3.1 PASSO 1 – Organizar a comunidade para o enfrentamento

A preparação para eventos climáticos extremos deve começar pela organização comunitária. Antes do período de seca mais intensa, recomenda-se que as comunidades realizem reuniões para discutir os riscos previstos para o território, identificar as principais vulnerabilidades locais e planejar ações de prevenção e resposta.

Esse processo deve envolver lideranças, associações, agentes indígenas de saúde, agentes de monitoramento, brigadistas, professores, jovens, mulheres e demais grupos que desempenham funções estratégicas na comunidade. A participação coletiva fortalece a capacidade de resposta e facilita a tomada de decisões durante situações de emergência.

A experiência dos eventos climáticos recentes demonstrou que comunidades previamente organizadas conseguiram responder com maior rapidez aos impactos da seca, dos incêndios florestais e do isolamento logístico. Por essa razão, a preparação deve ocorrer antes do agravamento das condições climáticas, permitindo que responsabilidades sejam definidas e que as ações prioritárias sejam planejadas de forma antecipada.

3.1.1 Mobilização comunitária e definição de responsabilidades

Cada comunidade deve definir uma equipe local de referência para acompanhar a implementação das ações de preparação e atuar em situações de emergência. Sempre que possível, recomenda-se distribuir responsabilidades entre diferentes grupos e lideranças, evitando a concentração das atividades em poucas pessoas.

Entre as funções que podem ser organizadas estão o acompanhamento dos níveis dos rios e das fontes de água, o monitoramento de focos de calor e incêndios, a vigilância territorial, a comunicação com instituições parceiras, a organização de estoques comunitários e o apoio às ações de saúde e proteção comunitária.

Também é importante manter atualizada a relação de contatos das organizações indígenas, DSEI, Funai, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, prefeituras e demais parceiros que possam ser acionados em caso de necessidade. A definição prévia de responsabilidades e fluxos de comunicação contribui para respostas mais rápidas e eficientes diante dos impactos do El Niño.

3.1.2 Articulação institucional e plano comunitário de preparação

A elaboração de um plano comunitário de preparação não exige documentos complexos ou conhecimento técnico especializado. O mais importante é que a comunidade se reúna para refletir sobre os riscos que já enfrentou, identificar suas vulnerabilidades e organizar medidas práticas para reduzir os impactos de eventos climáticos extremos.

O plano deve ser construído de forma participativa, envolvendo lideranças, anciãos, mulheres, jovens, agentes indígenas de saúde, agentes de monitoramento, brigadistas e demais membros da comunidade.

A tabela a seguir apresenta um roteiro simplificado para apoiar esse processo. Ela pode ser utilizada durante reuniões comunitárias

para registrar informações essenciais sobre riscos, recursos disponíveis, responsáveis e ações prioritárias. O objetivo é garantir que a comunidade esteja mais preparada para enfrentar situações como escassez de água, incêndios florestais, perda de produção, isolamento logístico e outras consequências associadas ao El Niño e aos eventos climáticos extremos.

Além de orientar as ações internas da comunidade, o plano comunitário também pode servir como instrumento de articulação institucional. Ao identificar riscos, necessidades e prioridades do território, as comunidades passam a dispor de informações organizadas que podem subsidiar solicitações de apoio junto às organizações indígenas, Funai, DSEI, Defesa Civil, prefeituras e demais instituições parceiras. Dessa forma, o plano fortalece a capacidade de diálogo, planejamento e incidência das comunidades, contribuindo para que as demandas locais sejam apresentadas de forma objetiva e para que as ações de prevenção e resposta sejam realizadas com maior agilidade e efetividade.

Tabela 1. Roteiro simplificado para elaboração do Plano Comunitário de Preparação ao El Niño

Etapa	O que discutir na comunidade?	Resultado esperado
1. Identificação dos riscos	Quais problemas já ocorreram durante secas anteriores? Falta de água? Incêndios? Isolamento? Perda de roças?	Lista dos principais riscos do território
2. Mapeamento de áreas estratégicas	Onde estão as nascentes, igarapés, poços, roças, áreas de pesca e locais mais vulneráveis?	Mapa ou lista dos locais prioritários
3. Definição de responsáveis	Quem ficará responsável pelo monitoramento, comunicação, vigilância territorial, brigada e organização de insumos?	Equipe comunitária definida
4. Levantamento de recursos	Quais equipamentos, embarcações, rádios, combustíveis, sementes, alimentos e medicamentos a comunidade possui?	Relação de recursos disponíveis e necessidades
5. Organização dos contatos	Quais instituições e parceiros podem ser acionados em situações de emergência?	Lista atualizada de contatos estratégicos
6. Definição das ações prioritárias	O que precisa ser feito antes da seca? O que fazer em caso de incêndio, falta de água ou isolamento?	Plano comunitário de ação elaborado
7. Revisão periódica	As informações continuam válidas? Há novos riscos ou necessidades?	Plano atualizado pela comunidade

3.2 PASSO 2 – Fortalecer a segurança hídrica

A água é um dos recursos mais afetados durante eventos de seca extrema. A experiência recente demonstrou que a redução dos níveis dos rios, igarapés e lagoas pode comprometer o abastecimento de água para consumo humano, a produção de alimentos, a pesca, a navegação e a saúde das comunidades.

Durante as secas de 2023 e 2024, milhares de famílias indígenas enfrentaram dificuldades de acesso à água potável, agravadas pela redução da qualidade da água, aumento da temperatura dos corpos hídricos e concentração de sedimentos. Em alguns territórios, fontes tradicionalmente utilizadas pelas comunidades secaram ou apresentaram vazões significativamente reduzidas.

Diante desse cenário, é fundamental que as comunidades adotem medidas preventivas para proteger suas fontes de água, ampliar a capacidade de armazenamento e acompanhar possíveis alterações na disponibilidade e qualidade da água ao longo do período seco.

3.2.1 Identificação e proteção das fontes de água

O primeiro passo consiste em identificar todas as fontes de água utilizadas pela comunidade, incluindo rios, igarapés, lagoas, nascentes, poços, cacimbas e sistemas de captação já existentes. Sempre que possível, essas informações devem ser registradas no plano comunitário de preparação.

Também é importante identificar quais fontes permanecem disponíveis durante períodos de seca severa e quais apresentam maior risco de redução ou interrupção do abastecimento. Esse conhecimento permite que a comunidade se prepare com antecedência para possíveis cenários de escassez.

A proteção das áreas de nascente, matas ciliares e igarapés contribui para a manutenção da disponibilidade hídrica e

para a conservação da qualidade da água. Recomenda-se evitar queimadas próximas às fontes de abastecimento, reduzir processos de degradação ambiental e monitorar possíveis impactos causados por atividades ilegais ou por alterações ambientais no entorno do território.

3.2.2 Armazenamento, tratamento e monitoramento da água

As comunidades devem avaliar sua capacidade de armazenamento de água para os períodos mais críticos da seca. Sempre que possível, recomenda-se a utilização de caixas d'água, reservatórios comunitários, sistemas de captação de água da chuva e outras soluções adequadas à realidade local.

Também é importante adotar medidas simples de tratamento da água para consumo humano, especialmente quando houver alterações na cor, odor, temperatura ou qualidade da água disponível. Filtros, sistemas de purificação e orientações das equipes de saúde podem contribuir para reduzir riscos à saúde da comunidade.

Durante o período seco, recomenda-se acompanhar regularmente a situação das fontes de água, observando a redução dos níveis dos rios e igarapés, o secamento de nascentes, alterações na qualidade da água e possíveis dificuldades de abastecimento. Essas informações podem ser registradas pela comunidade e compartilhadas com organizações indígenas, Agentes de Monitoramento Indígena (AMI), equipes de saúde e instituições parceiras, contribuindo para a identificação antecipada de situações críticas e para o acionamento de medidas de apoio quando necessário.

3.3 PASSO 3 – Garantir a segurança alimentar e abastecimento

A segurança alimentar é uma das áreas mais afetadas durante eventos climáticos extremos. A redução das chuvas, a diminuição dos níveis

dos rios e o aumento das temperaturas podem comprometer a produção agrícola, a pesca, a caça e o acesso a alimentos.

Entre 2023 e 2025, diversas comunidades enfrentaram perdas de roças, redução da disponibilidade de pescado, escassez de alimentos tradicionais e dificuldades de abastecimento devido à interrupção das rotas de transporte. Diante desse cenário, é fundamental planejar medidas para garantir o acesso a alimentos, sementes, medicamentos e outros insumos essenciais.

3.3.1 Estoques de alimentos, sementes e insumos essenciais

As comunidades devem avaliar quais alimentos, sementes e insumos são fundamentais para enfrentar períodos prolongados de seca e possíveis dificuldades de abastecimento. Sempre que possível, recomenda-se organizar estoques comunitários de alimentos não perecíveis e fortalecer iniciativas de conservação e troca de sementes tradicionais.

A criação de casas de sementes ou espaços comunitários para armazenamento pode contribuir para proteger variedades tradicionais e apoiar a recuperação das roças após eventos climáticos extremos. Também é importante identificar previamente os insumos mais utilizados pela comunidade, permitindo sua aquisição antes do agravamento das condições de acesso.

O planejamento dos estoques deve considerar a realidade de cada território, o número de famílias atendidas, o tempo estimado de isolamento e os alimentos tradicionalmente consumidos pela comunidade.

3.3.2 Planejamento das roças e abastecimento de medicamentos

As comunidades devem acompanhar as previsões climáticas e observar os sinais ambientais locais para planejar os períodos de plantio, manejo e colheita das roças. Sempre que possível, recomenda-se diversificar cultivos, proteger áreas produtivas mais vulneráveis à seca e priorizar variedades adaptadas às condições climáticas do território.

Também é importante identificar previamente os medicamentos e insumos de saúde mais utilizados pela comunidade, especialmente aqueles relacionados ao tratamento de doenças respiratórias, diarreicas, febres e outras condições que tendem a aumentar durante períodos de seca e queimadas, bem como remédios (diabetes, pressão alta) que tendem a ter sua retirada dificultada a partir de complicações de mobilidade.

Além do planejamento das roças, recomenda-se acompanhar possíveis impactos sobre a pesca, a caça e outras fontes tradicionais de alimentação, bem como identificar famílias e pessoas que demandam maior atenção durante períodos de escassez ou isolamento. A organização antecipada de alimentos, sementes, medicamentos e insumos básicos fortalece a capacidade de resposta da comunidade diante dos impactos do El Niño e de outros eventos climáticos extremos.

Tabela 2. Planejamento comunitário de segurança alimentar e abastecimento

Tema	O que verificar?	Ação recomendada
Alimentos	Há comida suficiente para o período seco?	Organizar estoques comunitários.
Roças	Quais áreas podem ser afetadas pela seca?	Planejar plantio e proteger áreas produtivas.
Sementes	Há sementes suficientes para o próximo ciclo?	Armazenar e fortalecer casas de sementes.
Pesca e caça	Há risco de redução dos recursos?	Monitorar e planejar alternativas alimentares.
Medicamentos	O estoque atende a comunidade?	Solicitar reposição e organizar reserva mínima.
Insumos básicos	Há combustível, pilhas e materiais essenciais?	Adquirir e armazenar antes da seca.
Famílias vulneráveis	Quem precisa de atenção prioritária?	Identificar e planejar acompanhamento específico.
Isolamento	Quanto tempo a comunidade suporta sem abastecimento externo?	Dimensionar estoques e insumos necessários.

3.4 PASSO 4 – Preparar o território para a seca e os incêndios

A combinação entre seca prolongada, altas temperaturas e baixa umidade aumenta significativamente o risco de incêndios florestais. Em diversas regiões da Amazônia, o fogo atingiu áreas de floresta que historicamente apresentavam baixa suscetibilidade às queimadas, provocando impactos sobre aldeias, roças, castanhais, áreas de caça, locais sagrados e territórios de povos indígenas isolados.

Diante desse cenário, é fundamental que as comunidades adotem medidas preventivas antes do período mais crítico da seca, fortalecendo sua capacidade de prevenção, monitoramento e resposta aos incêndios.

3.4.1 Organização de brigadas e medidas preventivas

As comunidades devem identificar pessoas que possam atuar na prevenção e no combate inicial aos incêndios, organizando brigadas comunitárias ou fortalecendo grupos já existentes. Sempre que possível, recomenda-se promover capacitações, realizar exercícios práticos e definir responsabilidades para monitoramento, comunicação e resposta em caso de ocorrência de fogo.

Também é importante orientar a comunidade sobre os riscos associados ao uso do fogo durante os períodos mais secos, reforçando medidas de prevenção e reduzindo situações que possam provocar queimadas acidentais.

3.4.2 Áreas prioritárias, aceiros e equipamentos de resposta

As comunidades devem identificar áreas mais vulneráveis aos incêndios, incluindo aldeias, roças, casas de sementes, linhas de confronto ou invasão, fontes de água, locais de coleta, castanhais e outras áreas estratégicas para a vida comunitária.

Antes do período crítico da seca, recomenda-se realizar a construção e manutenção de aceiros em locais prioritários, respeitando os conhecimentos e as práticas de manejo adotadas por cada povo. Também é importante verificar a disponibilidade e as condições de uso dos equipamentos necessários para a resposta inicial aos incêndios, como abafadores, bombas costais, enxadas, facões, rádios de comunicação e equipamentos de proteção individual.

A preparação antecipada reduz os riscos de propagação do fogo e fortalece a capacidade de resposta das comunidades diante de eventos extremos.

Tabela 3. Planejamento comunitário para prevenção e resposta a incêndios florestais

Tema	O que verificar?	Ação recomendada
Brigada	Há pessoas responsáveis pela prevenção e combate ao fogo?	Organizar ou fortalecer brigadas comunitárias.
Áreas prioritárias	Quais locais precisam de maior proteção?	Mapear aldeias, roças, castanhais, fontes de água e áreas sob pressão ou risco de invasão.
Aceiros	Os aceiros já foram construídos ou revisados?	Realizar manutenção antes da seca.
Equipamentos	Os equipamentos estão disponíveis e em condições de uso?	Revisar, reparar ou adquirir materiais necessários.
Comunicação	Os equipamentos de combate ao fogo e comunicação estão disponíveis e em condições de uso?	Revisar, reparar ou adquirir materiais necessários
Monitoramento	Há sinais de aumento do risco de fogo?	Acompanhar focos de calor, clima e condições da vegetação.

3.5 PASSO 5 – Planejar a logística comunitária

A redução dos níveis dos rios e igarapés pode comprometer o transporte de pessoas, alimentos, medicamentos, combustível e outros insumos essenciais. Em diversas regiões da Amazônia, as secas recentes provocaram o isolamento prolongado de comunidades, dificultando o abastecimento e o acesso a serviços de saúde, educação e assistência.

Diante desse cenário, é importante que as comunidades planejem antecipadamente sua logística, identificando possíveis dificuldades de acesso e organizando estratégias para enfrentar períodos de isolamento.

3.5.1 Transporte, combustível e abastecimento

As comunidades devem avaliar sua dependência das rotas fluviais e identificar os períodos do ano em que o acesso tende a ficar mais difícil. Sempre que possível, recomenda-se antecipar o transporte e o armazenamento de alimentos, medicamentos, combustível e outros insumos essenciais antes do agravamento da seca.

Também é importante identificar embarcações disponíveis, pontos de abastecimento e alternativas para o deslocamento de pessoas e cargas em situações de emergência.

3.5.2 Comunicação e estratégias para situações de isolamento

As comunidades devem definir como manter a comunicação durante os períodos de isolamento, especialmente em situações de emergência. Sempre que possível, recomenda-se manter atualizados os contatos das organizações indígenas, serviços de saúde, Defesa Civil, Funai, Corpo de Bombeiros e demais instituições parceiras.

Também é importante identificar os meios de comunicação disponíveis na comunidade, como rádio, telefone, internet ou mensageiros comunitários, além de estabelecer procedimentos para informar situações de risco, solicitar apoio e compartilhar informações sobre as condições do território.

A preparação antecipada da logística e da comunicação contribui para reduzir os impactos do isolamento e fortalece a capacidade de resposta das comunidades durante eventos climáticos extremos.

Tabela 4. Planejamento comunitário para logística e comunicação

Tema	O que verificar?	Ação recomendada
Transporte	A comunidade depende exclusivamente dos rios?	Identificar alternativas e períodos críticos de acesso.
Embarcações	Há barcos disponíveis e em condições de uso?	Realizar manutenção preventiva.
Combustível	O estoque atende às necessidades da comunidade?	Planejar aquisição e armazenamento antecipado.
Abastecimento	Há risco de falta de alimentos, medicamentos ou insumos?	Organizar estoques antes da seca.
Comunicação	Quais meios de comunicação estão disponíveis?	Manter equipamentos e contatos atualizados.
Emergências	Como solicitar apoio externo?	Definir responsáveis e fluxos de comunicação.
Isolamento	Quanto tempo a comunidade pode permanecer isolada?	Planejar estoques e estratégias de resposta.

4. MONITORAMENTO E ALERTA

O monitoramento comunitário é uma das principais ferramentas para reduzir os impactos de eventos climáticos extremos. A experiência das secas de 2023, 2024 e 2025 demonstrou que o acompanhamento contínuo das condições do território permite identificar problemas com antecedência, organizar respostas locais e acionar apoio externo antes que a situação se torne crítica.

Além das informações produzidas por órgãos de monitoramento climático e hidrológico, as observações realizadas pelas próprias comunidades são fundamentais para compreender as condições reais do território. Alterações nos rios, nas fontes de água, nas roças, na pesca, na fauna e na saúde da população podem indicar o agravamento dos impactos da seca e demandar ações imediatas.

4.1 O que monitorar no território

O monitoramento deve priorizar aspectos que afetam diretamente a vida das comunidades e que podem indicar situações de risco durante períodos de seca extrema. Sempre que possível, as informações observadas devem ser registradas e compartilhadas com as lideranças, associações, Agentes de Monitoramento Indígena (AMI), equipes de saúde e organizações indígenas parceiras.

4.1.1 Níveis dos rios, igarapés e lagoas

O acompanhamento dos níveis dos rios, igarapés e lagoas permite identificar tendências de redução da disponibilidade de água e possíveis dificuldades de navegação. A observação regular desses corpos d'água ajuda a antecipar situações de isolamento, problemas de abastecimento e impactos sobre a pesca e o transporte comunitário.

4.1.2 Focos de calor e queimadas

As comunidades devem acompanhar sinais de fumaça, queimadas próximas, aumento da temperatura e áreas com vegetação excessivamente seca. O monitoramento precoce permite acionar brigadas comunitárias, adotar medidas preventivas e evitar que pequenos focos se transformem em incêndios de grandes proporções.

4.1.3 Qualidade da água

Também é importante observar alterações na cor, odor, temperatura ou transparência da água utilizada para consumo humano. Mudanças nessas características podem indicar riscos à saúde e necessidade de adoção de medidas adicionais de tratamento e armazenamento.

4.1.4 Situação das roças e da pesca

As comunidades devem acompanhar possíveis perdas de produção agrícola, redução da disponibilidade de pescado e alterações em outras fontes tradicionais de alimentação. Essas informações são importantes para orientar decisões relacionadas ao abastecimento e à segurança alimentar.

4.1.5 Saúde comunitária

O monitoramento da saúde deve observar o aumento de doenças respiratórias associadas à fumaça, doenças relacionadas à qualidade da água, casos de desidratação e outras condições que possam se agravar durante períodos de seca extrema. O acompanhamento dessas informações facilita a adoção de medidas preventivas e o acionamento dos serviços de saúde quando necessário.

4.2 Sinais de alerta para situações críticas

Alguns sinais podem indicar o agravamento dos impactos da seca e a necessidade

de adoção de medidas imediatas pela comunidade. Entre os principais sinais de alerta estão a redução rápida dos níveis dos rios, igarapés e lagoas; o secamento de fontes de água utilizadas pela comunidade; o aumento de focos de calor e queimadas; a perda de roças; a redução da pesca; a dificuldade de acesso a alimentos e medicamentos; e o aumento de doenças respiratórias, diarreicas ou relacionadas à escassez de água.

Também devem ser observadas situações de isolamento prolongado, interrupção das rotas de transporte, falta de combustível para embarcações e geradores, além do aumento de invasões, garimpo, desmatamento e outras pressões sobre o território favorecidas pela seca.

Quando esses sinais começarem a ser identificados, a comunidade deve reforçar o monitoramento local, revisar seus estoques de alimentos, água, medicamentos e insumos essenciais, além de avaliar a necessidade de solicitar apoio externo.

4.3 Acionamento de apoio externo

O acionamento de apoio externo não deve ocorrer apenas quando a comunidade já estiver em situação de emergência. Sempre que forem identificados sinais de agravamento da seca, aumento do risco de incêndios, redução da disponibilidade de água ou dificuldades de abastecimento, recomenda-se informar previamente as organizações indígenas e instituições parceiras para que possam planejar ações de apoio e resposta.

A experiência das secas recentes demonstrou que a comunicação antecipada amplia as possibilidades de atuação e reduz os impactos sobre as comunidades. Quanto mais cedo uma situação de risco for comunicada, maiores são as chances de mobilizar recursos, organizar a logística e evitar o agravamento dos problemas.

As comunidades podem buscar apoio para diferentes necessidades, incluindo:

- Capacitação de brigadas comunitárias;
- Equipamentos para prevenção e combate a incêndios;
- Equipamentos de monitoramento territorial;
- Drones, GPS, rádios e equipamentos de comunicação;
- Construção e manutenção de aceiros;
- Proteção e recuperação de nascentes;
- Sistemas de captação, armazenamento e tratamento de água;
- Perfuração, limpeza e recuperação de poços;
- Distribuição de filtros e purificadores de água;
- Aquisição de caixas d'água e reservatórios comunitários;
- Estoques de alimentos e apoio à segurança alimentar;
- Estruturação de pontos comunitários de armazenamento de alimentos, sementes e insumos;
- Organização de pontos de apoio para abastecimento de comunidades mais isoladas;
- Casas de sementes e fortalecimento da produção tradicional;
- Transporte de alimentos, medicamentos e insumos essenciais;
- Combustível para embarcações, geradores e equipamentos comunitários;
- Manutenção de embarcações utilizadas pela comunidade;
- Medicamentos e insumos de saúde;
- Equipes de atendimento médico e sanitário;
- Monitoramento da qualidade da água;
- Apoio a grupos vulneráveis, como crianças, idosos, gestantes e pessoas com deficiência;
- Vigilância territorial e proteção de áreas sob pressão;
- Apoio para denúncias de invasões, garimpo, desmatamento e outros ilícitos;
- Produção e disseminação de alertas climáticos;
- Apoio técnico para elaboração de planos comunitários;
- Declaração de situação de emergência e acesso a políticas públicas;
- Mobilização de recursos emergenciais para comunidades afetadas.

Para facilitar esse processo, recomenda-se que as comunidades mantenham atualizada uma lista de contatos das organizações indígenas locais e regionais, da COIAB, do DSEI, da Funai, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, das prefeituras, secretarias estaduais, Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF) e demais instituições parceiras. Sempre que possível, as solicitações devem ser acompanhadas de informações sobre a situação observada, população afetada, principais necessidades e registros que auxiliem na avaliação do cenário e na mobilização do apoio necessário.

Tabela 5. Indicadores comunitários de monitoramento, alerta e acionamento de apoio

Situação observada	Nível de atenção	Ação imediata	Possível apoio a ser acionado
Redução dos níveis dos rios e igarapés	Atenção	Intensificar monitoramento	COIAB, Defesa Civil, Prefeitura
Secamento de fontes de água	Alerta	Avaliar abastecimento alternativo	DSEI, Defesa Civil, Funai
Aumento de focos de calor e fumaça	Alerta	Acionar brigada comunitária	Bombeiros, Prevfogo, Defesa Civil
Perda de roças e redução da pesca	Alerta	Revisar estoques e reforçar a segurança alimentar	Prefeitura, assistência social e organizações indígenas
Falta de alimentos ou medicamentos	Emergência	Acionar plano de abastecimento	DSEI, Prefeitura, Defesa Civil e organizações indígenas
Risco de isolamento da comunidade	Emergência	Antecipar suprimentos, combustível e comunicação	Funai, Defesa Civil e organizações indígenas
Incêndios próximos à aldeia	Emergência	Acionar brigada e proteger áreas prioritárias	Bombeiros, Prevfogo e Defesa Civil
Aumento de doenças respiratórias e diarreicas	Emergência	Comunicar equipe de saúde	AIS, DSEI e SESAI
Invasões ou atividades ilegais	Emergência	Registrar e comunicar ocorrência	COIAB, Funai, MPF, PF e organizações indígenas

4.4 Atualização e revisão do Plano Comunitário

As condições climáticas, ambientais e territoriais podem mudar rapidamente, especialmente durante períodos de seca extrema. Por isso, o plano comunitário de preparação deve ser tratado como um instrumento dinâmico, que pode ser atualizado sempre que necessário.

Recomenda-se que a comunidade revise periodicamente as informações relacionadas às fontes de água, estoques de alimentos e medicamentos, brigadas comunitárias, equipamentos disponíveis, rotas de acesso, contatos institucionais e demais medidas previstas no plano. A atualização também deve considerar novas informações climáticas, mudanças observadas no território e as experiências acumuladas em eventos anteriores.

Sempre que ocorrerem secas severas, incêndios florestais, isolamento prolongado, escassez de água ou outras situações de emergência, é importante que a comunidade

avaliar as ações realizadas, identifique dificuldades encontradas e registre os aprendizados obtidos. Essas informações podem contribuir para aperfeiçoar o planejamento e fortalecer a capacidade de preparação para futuros eventos extremos.

A revisão do plano deve ocorrer, preferencialmente:

- Antes do início do período seco;
- Após eventos climáticos extremos;
- Quando houver mudanças significativas no território;
- Quando forem identificadas novas vulnerabilidades ou necessidades;
- Após a realização de ações de monitoramento, resposta ou recuperação.

Manter o plano atualizado contribui para que a comunidade esteja mais preparada para enfrentar os impactos do El Niño e de outros eventos climáticos extremos, fortalecendo sua autonomia, capacidade de organização e articulação com instituições parceiras.

Tabela 6. Revisão periódica do plano comunitário

O que revisar?	Quando revisar?
Fontes de água	Antes do período seco e após eventos extremos
Estoques de alimentos e medicamentos	Periodicamente e antes da seca
Brigadas e equipamentos	Antes da temporada de incêndios
Contatos institucionais	Sempre que houver alterações
Rotas de acesso e logística	Antes do período de estiagem
Áreas de risco e vulnerabilidades	Após eventos extremos ou mudanças no território
Plano comunitário	Pelo menos uma vez por ano

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

A preparação e o enfrentamento dos impactos do El Niño e de outros eventos climáticos extremos dependem da atuação articulada entre comunidades indígenas, organizações indígenas, instituições públicas e parceiros estratégicos. Cada ator possui responsabilidades específicas que contribuem para fortalecer a prevenção, o monitoramento, a resposta e a recuperação dos territórios. As associações, organizações indígenas e instituições parceiras atuam como apoio técnico, político e operacional, contribuindo para ampliar a capacidade de resposta dos territórios diante de situações de risco.

Tabela 7. Matriz de responsabilidades para o enfrentamento de eventos climáticos extremos

Ator	Principais responsabilidades
Comunidades indígenas	Elaborar e atualizar o plano comunitário; monitorar o território; organizar estoques de água, alimentos e insumos; implementar medidas preventivas; comunicar situações de risco e emergência.
Associações e organizações indígenas locais	Apoiar a mobilização comunitária; consolidar informações dos territórios; articular demandas junto a parceiros e instituições; apoiar ações de prevenção e resposta.
Organizações indígenas regionais	Apoiar o monitoramento territorial; fortalecer a comunicação entre comunidades; articular ações regionais de prevenção, resposta e incidência política.
COIAB	Produzir e disseminar informações e alertas; apoiar o monitoramento territorial e climático; articular instituições e parceiros; mobilizar recursos para ações de prevenção, resposta e recuperação.
FUNAI	Apoiar a proteção territorial; acompanhar situações de vulnerabilidade; articular ações de apoio às comunidades e povos indígenas, especialmente em contextos de emergência.
SESAI e DSEI	Monitorar e responder às demandas de saúde indígena; apoiar ações de prevenção, atendimento e vigilância em saúde durante eventos extremos.
Defesa Civil	Apoiar a gestão de riscos e desastres; monitorar situações de emergência; mobilizar recursos e ações de resposta humanitária.
Corpo de Bombeiros e Prevfogo/IBAMA	Apoiar ações de prevenção e combate a incêndios florestais; capacitar brigadas; prestar apoio técnico em situações de emergência.
Prefeituras e Governos Estaduais	Apoiar ações de abastecimento, logística, assistência social, saúde e resposta a emergências; articular políticas públicas voltadas às comunidades afetadas.
Ministério Público Federal, Polícia Federal e demais órgãos de fiscalização	Atuar na proteção dos direitos indígenas; apoiar o enfrentamento de invasões, garimpo, desmatamento e outras atividades ilícitas que possam se intensificar durante períodos de seca.
Parceiros técnicos e organizações da sociedade civil	Apoiar ações de monitoramento, capacitação, comunicação, logística, assistência humanitária e fortalecimento da capacidade de adaptação dos territórios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno El Niño é um dos principais fatores climáticos capazes de alterar os regimes de chuva e temperatura na Amazônia, produzindo impactos significativos sobre os territórios indígenas. No entanto, os eventos observados nos últimos anos demonstram que seus efeitos vêm sendo potencializados pelo agravamento das mudanças climáticas globais. O aumento das temperaturas, o aquecimento dos oceanos, o desmatamento e as elevadas emissões de gases de efeito estufa têm contribuído para tornar secas, enchentes, ondas de calor e incêndios florestais mais intensos, frequentes e prolongados.

Nesse contexto, o El Niño não deve ser compreendido como um evento isolado, mas como parte de um cenário mais amplo de crise climática. As evidências registradas na Amazônia entre 2023 e 2025 indicam que a combinação entre eventos climáticos extremos e processos contínuos de degradação ambiental pode gerar impactos sem precedentes sobre os povos indígenas, afetando a segurança hídrica e alimentar, a saúde, a mobilidade, a proteção territorial e a própria permanência das comunidades em seus territórios. Em cenários mais severos, esses processos podem evoluir para crises humanitárias de grande escala, especialmente em regiões já marcadas pelo isolamento geográfico e pela limitada presença de políticas públicas.

Diante dessa realidade, fortalecer a capacidade de preparação, monitoramento e resposta dos territórios indígenas deixa de ser apenas uma medida preventiva e passa a ser uma estratégia fundamental para a proteção da vida como um todo. Ao proteger florestas, nascentes e rios, os povos indígenas contribuem diretamente para a manutenção dos ciclos climáticos e hidrológicos que sustentam a Amazônia e grande parte dos centros urbanos do país.

Fortalecer os territórios indígenas significa fortalecer a segurança hídrica, climática e ambiental do Brasil. Em um contexto de agravamento das mudanças climáticas, esses territórios representam uma das principais fronteiras de resiliência do país, desempenhando papel estratégico na proteção da floresta, na manutenção dos rios voadores e dos serviços ecossistêmicos essenciais para milhões de pessoas dentro e fora da Amazônia.

7. ANEXOS

Anexo I – Checklist Comunitário de Preparação para o El Niño

Anexo II - Modelo Simplificado de Plano Comunitário de Contingência.



ANEXO I – CHECKLIST COMUNITÁRIO DE PREPARAÇÃO PARA EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

Comunidade: _____

Terra Indígena: _____

Município/Estado: _____

Data da revisão: ____/____/____

Responsável pelo preenchimento: _____

1. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Verificação	Sim	Não	Observações
A comunidade realizou reunião sobre preparação para a seca?			
Foram definidos responsáveis pelas ações de preparação?			
Existe um plano comunitário atualizado?			
Os contatos institucionais estão atualizados?			

2. SEGURANÇA HÍDRICA

Verificação	Sim	Não	Observações
As principais fontes de água foram identificadas?			
As nascentes e igarapés estão protegidos?			
A comunidade possui reserva de água para emergências?			
Existem filtros ou formas de tratamento da água disponíveis?			
Há monitoramento da qualidade da água?			

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E ABASTECIMENTO

Verificação	Sim	Não	Observações
Há estoque comunitário de alimentos?			
Existem sementes suficientes para o próximo ciclo produtivo?			
A comunidade possui casa de sementes ou local adequado de armazenamento?			
As áreas de roça mais vulneráveis foram identificadas?			
Há estoque mínimo de medicamentos essenciais?			
Existem reservas de combustível, pilhas e outros insumos básicos?			

4. PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

Verificação	Sim	Não	Observações
Existe brigada comunitária organizada?			
Os brigadistas receberam capacitação?			
Os aceiros foram construídos ou revisados?			
As áreas prioritárias de proteção foram mapeadas?			
Os equipamentos de combate ao fogo estão disponíveis e em condições de uso?			

5. LOGÍSTICA E COMUNICAÇÃO

Verificação	Sim	Não	Observações
A comunidade avaliou os riscos de isolamento?			
Há embarcações em condições de uso?			
Existe reserva de combustível para situações emergenciais?			
Há meios de comunicação funcionando (rádio, telefone, internet)?			
Foram definidos responsáveis pela comunicação em emergências?			

6. VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Verificação	Sim	Não	Observações
As áreas mais vulneráveis a invasões foram identificadas?			
Existe equipe ou grupo responsável pelo monitoramento territorial?			
Há equipamentos disponíveis para vigilância e comunicação?			
Existe fluxo definido para registro e comunicação de ocorrências?			

7. MONITORAMENTO E ALERTA

Verificação	Sim	Não	Observações
A comunidade acompanha os níveis dos rios, igarapés e lagoas?			
Há monitoramento de focos de calor e queimadas?			
A situação das roças, da pesca e das fontes de água é acompanhada regularmente?			
Há monitoramento de doenças relacionadas à seca e às queimadas?			
A comunidade sabe quando e como solicitar apoio externo?			



RESULTADO GERAL

Quantidade de itens atendidos: _____ / 33

Situação da preparação comunitária

- ☐ Preparação inicial (até 11 itens atendidos)
- ☐ Preparação intermediária (12 a 22 itens atendidos)
- ☐ Preparação avançada (23 a 33 itens atendidos)

Principais prioridades identificadas pela comunidade

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Apoios necessários

ANEXO II – MODELO SIMPLIFICADO DE PLANO COMUNITÁRIO DE CONTINGÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE

Comunidade: _____

Terra Indígena: _____

Povo(s): _____

Município/Estado: _____

Número de famílias: _____

Data de elaboração: ____/____/____

Responsáveis pela elaboração: _____

2. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS

Marque os principais riscos enfrentados pela comunidade:

- () Seca extrema
- () Escassez de água
- () Incêndios florestais
- () Isolamento da comunidade
- () Perda de roças
- () Redução da pesca
- () Falta de alimentos
- () Falta de medicamentos
- () Doenças respiratórias
- () Invasões territoriais

Outros: _____

3. ÁREAS E RECURSOS PRIORITÁRIOS

Fontes de água da comunidade

Áreas produtivas (roças, pesca, coleta, castanhais)

Locais que precisam de proteção prioritária

4. RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES

Atividade	Responsável
Coordenação comunitária	
Monitoramento ambiental	
Comunicação	
Brigada comunitária	
Saúde	
Vigilância territorial	
Logística e abastecimento	

5. RECURSOS DISPONÍVEIS

Água

- () Nascentes
- () Igarapés
- () Poços
- () Caixas d'água
- () Sistema de captação
- () Filtros

Alimentação e produção

- () Estoque de alimentos
- () Casa de sementes
- () Roças produtivas
- () Áreas de pesca

Equipamentos

- () Rádio
- () Telefone
- () GPS
- () Drone
- () Embarcação
- () Motor
- () Gerador
- () Equipamentos de brigada

Outros: _____

6. CONTATOS DE APOIO

Instituição	Contato
Associação indígena	
Organização regional indígena	
COIAB	
DSEI	
FUNAI	
Defesa Civil	
Corpo de Bombeiros	
Prefeitura	
Outros	

7. AÇÕES PRIORITÁRIAS

Antes da seca

Durante a seca

Em situação de emergência

8. NECESSIDADES DE APOIO EXTERNO

- () Água e saneamento
- () Alimentos
- () Medicamentos
- () Combustível
- () Equipamentos de combate a incêndios
- () Equipamentos de monitoramento
- () Transporte e logística
- () Vigilância territorial
- () Capacitações
- () Apoio emergencial

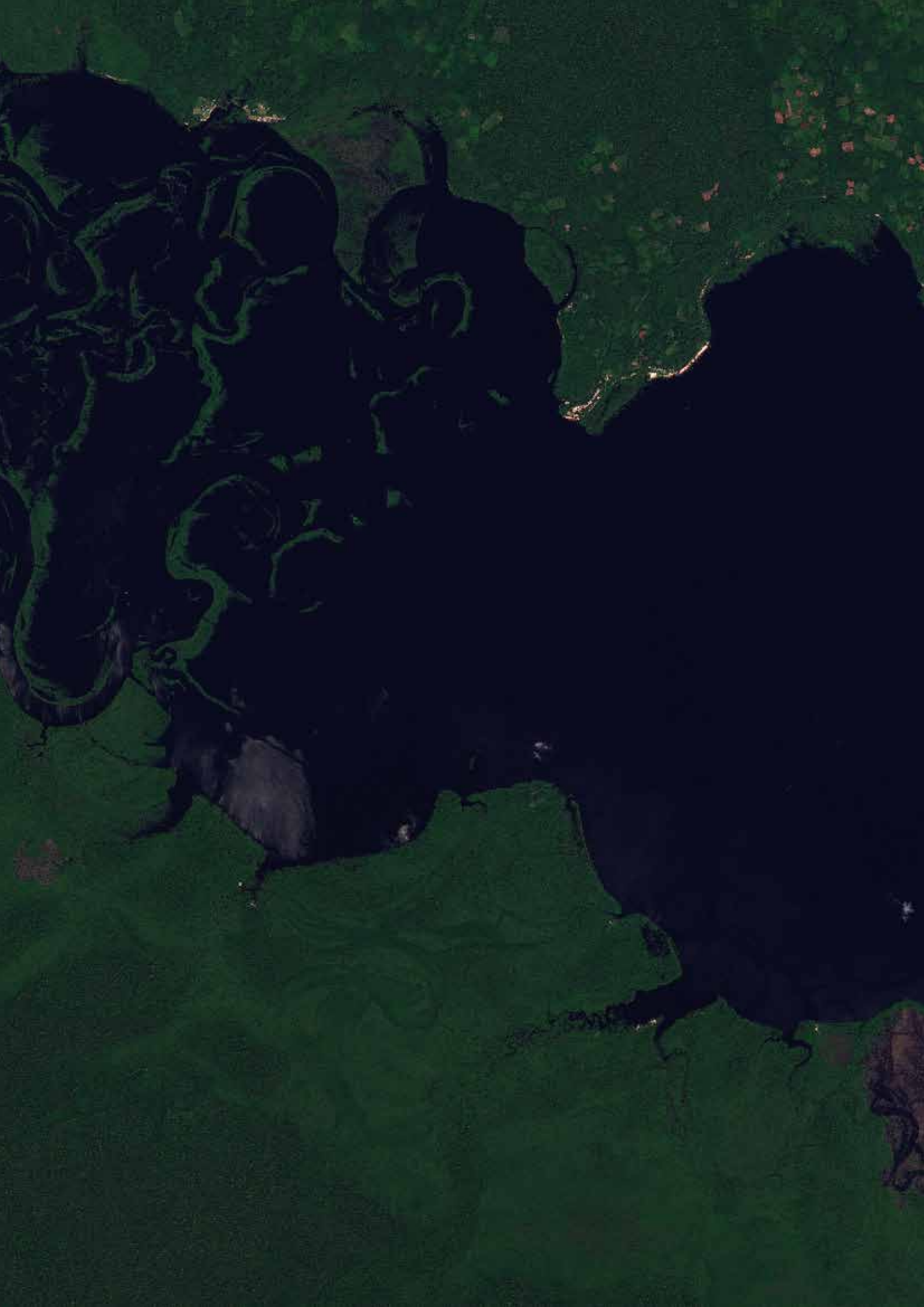
Outros: _____

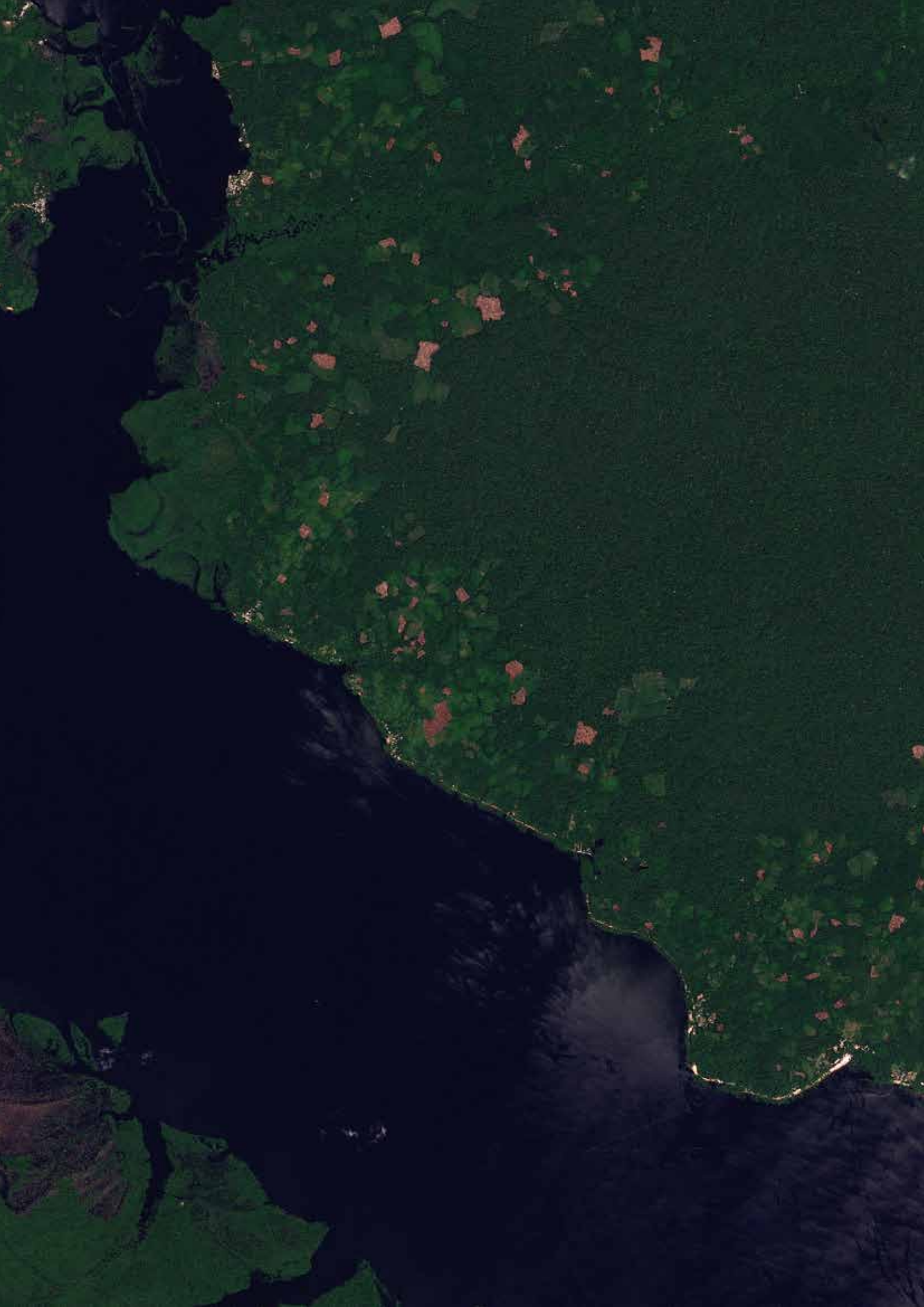
9. REVISÃO DO PLANO

Data da última atualização: ____/____/____

Próxima revisão prevista: ____/____/____

Observações gerais:







APIB · COICA · PODAALI · UMIAB
—
APIAM · APOIANP · ARPIT
CIR · COAPIMA · FEPIPA
FEPOINT · M. ACRE · OPIROMA



GEMTI
Gerência de Monitoramento
Territorial Indígena da Coiab

A RESPOSTA SOMOS NÓS



coiab.org.br

 @coiabamazonia

 @coiabamazoniaoficial

 @COIABAmazonia

 @coiabamazonia

 @CoiabAmazonia

 Amazônia Indígena